



# UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO PARA CULTURA LIVRE

Rafael Santiago Valadares Teles  
Matheus de Abreu Arruda

*“Uma cultura livre não é uma cultura sem propriedade, da mesma forma que um mercado livre não é um mercado aonde tudo é liberado. O oposto de uma cultura livre é uma “cultura da permissão” — uma cultura na qual os criadores podem criar apenas com a permissão dos poderosos ou dos criadores do passado.”*

Lawrence Lessig

Tradução: Fábio Emilio Costa

## Resumo

A Cultura Livre, enquanto prática democrática de produção de conhecimento, possui nas instituições públicas de ensino um terreno propício para seu desenvolvimento. A universidade pública tem papel chave na sua disseminação, apesar das pressões do Mercado que se instalam com a presença cada vez maior da iniciativa privada no financiamento das pesquisas, o que acaba restringindo a circulação do conhecimento produzido.

**Palavras-chave:** Cultura Livre. Universidade Pública. Mercado.

## 1. Introdução

O presente artigo aborda os impactos da presença do Mercado coordenando as prioridades da agenda científica e principalmente controlando os frutos da sua produção no ambiente da universidade pública, entendida como um espaço com responsabilidades sociais que, por vezes, são conflitantes com tais interesses econômicos. Pretende ainda propor que práticas no âmbito da Cultura Livre, *Creative Commons*, por exemplo, podem servir para democratizar o produto da inovação científica gerada a partir do financiamento privado, já que respeita a autoria e oferece, como contrapartida, acesso mais democrático ao conhecimento produzido.

## 2. O Mercado e a Cultura Livre na Universidade Pública

As conjunturas econômicas que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX - com os avanços liberais e enfraquecimento das grandes narrativas contrárias ao capitalismo - consolidaram o Mercado como o principal agente social que coordena as prioridades nas agendas culturais, e isso inclui a produção

Realização



Apoio





científica. Esse processo se estabeleceu principalmente pelo estrangulamento da capacidade de investimento do Estado nos institutos de pesquisa por duas frentes: de um lado, a ideologia neoliberal que, ao reduzir a presença do Estado, também diminui sua responsabilidade no financiamento destes; de outro lado, as crises cíclicas que geram problemas orçamentários nos países tornam imperativa a participação de empresas privadas no setor. Com isso, o que se vê são as universidades públicas com menor autonomia e mais presas a uma pauta direcionada a atender interesses por vezes imediatistas, desprestigiando as pesquisas de base e restringindo o acesso a essas instituições, bem como o alcance social das mesmas.

Segundo Rodriguez e Martins (2005), no começo da segunda metade do século XX, os países da América Latina começaram a basear sua economia no desenvolvimento do mercado interno por meio de um processo de substituição das importações, promovendo a expansão da indústria local - sustentada pelo uso intensivo de mão de obra - e proteção dos mercados nacionais. Entretanto, políticas internacionais que visavam pôr fim às práticas econômicas protecionistas forçaram esses países a romper com um atraso regional por outras vias e adotar políticas competitivas com relação à produção, investindo-se bastante no setor terciário, caracterizado pelo uso extensivo do conhecimento técnico-científico e da informação. De acordo com as autoras, a partir da década de 1990, com a adoção de tais políticas, a universidade passa a assumir o papel de produtora desse conhecimento, voltando-se para o Mercado e deixando em segundo plano seu papel de socializadora do mesmo:

Porém, na década de noventa, com a reestruturação capitalista e o esgotamento do modelo de Estado de Bem Estar Social, a América Latina foi objeto de profundas reformas do Estado que afetaram as políticas públicas. Nesse contexto, a universidade deixou de ser vista como uma instituição responsável pela construção e socialização do conhecimento, passando a ser considerada uma espécie de “empresa”, e a qualidade foi substituída pela produtividade e o saber pelo custo/benefício. (RODRIGUEZ, MARTINS, 2005, p.42 ).

Toni Verger, em matéria publicada em abril de 2008 para o periódico virtual *Carta Maior*, problematiza tal presença do capital privado no setor de pesquisas das





universidades, lembrando que atualmente essa é uma tendência global. Segundo o jornalista, uma relação mais acentuada entre pesquisadores universitários e empresas permite que entrem mais recursos na universidade pública, mas também altera as funções tradicionais das mesmas e tem efeitos como os supracitados, discutidos por Rodriguez e Martins, a saber, efeitos socialmente perversos que, ao mesmo tempo, orientam as produções universitárias para o Mercado, transformam sua forma de produção e afastam a universidade pública da sociedade.

Para Verger, com a invasão do capital privado no ensino público superior, as descobertas científicas e tecnológicas feitas em universidades públicas correm o risco de ser controladas pela iniciativa privada. Um exemplo dado pelo autor é a prioridade dada a uma empresa que subcontrata uma pesquisa com a universidade no momento de explorar uma patente. Outra possibilidade é a compra da patente por uma empresa, fato que motiva pesquisadores a direcionar o conhecimento produzido ao seu uso comercial, sem permitir que seja compartilhado e replicado.

O autor vai além e cita outros reflexos negativos do financiamento privado de pesquisas ao lembrar de casos em que os resultados das mesmas foram alterados para favorecer a empresa financiadora, ou de situações nas quais os próprios pesquisadores foram intimidados pelas empresas que desejavam ocultar um resultado negativo. O controle do capital privado sobre pesquisas é tão intenso que, em fevereiro de 2002, a revista acadêmica *New England Journal of Medicine* ofereceu desculpas pelas publicações de pesquisadores ligados às indústrias farmacêuticas que eram pagos para escrever avaliações positivas de medicamentos vendidos por elas. Outro exemplo citado por Toni Verger é o da pesquisadora canadense Dra. Nancy Olivieri, da Universidade de Toronto. Nancy foi perseguida e quase desligada da universidade após publicar um estudo que revelava os riscos do uso de um medicamento fabricado por uma empresa que possuía fortes relações com a universidade onde a pesquisadora trabalha. O resultado dessa perseguição só não foi desastroso para Olivieri devido à pressão do movimento estudantil e de colegas da doutora que, assim como diversos outros grupos, lutaram contra o monopólio do conhecimento pelo capital privado.



Outro fenômeno de grande impacto para o debate em questão são os avanços tecnológicos que provocaram relevantes mudanças na forma como o conhecimento é produzido e disseminado. Assim, Nelson de Luca Pretto (2011) argumenta que, apesar do domínio do capital privado nos setores de construção do conhecimento, os avanços tecnológicos alcançados pelo homem no último século mudaram a velocidade com que novas tecnologias da informação e do conhecimento se implantam, gerando uma reação por parte de uma elite empresarial que se esforça para controlar também os meios de informação e, conseqüentemente, de produção do conhecimento. Desse modo novas formas de produção e divulgação do conhecimento se desenvolvem à margem desse espaço dominado pelo capital empresarial, seja dentro ou fora dos limites legais.

Um exemplo extremo e trágico de situações como as citadas acima, que poderiam ser evitadas em um movimento descentralizador do conhecimento, é o caso de Aaron Swartz. Aaron foi um hacker e ativista político norte americano que se destacou na luta pela liberação e democratização do conhecimento e acabou se matando ao fim de um processo que respondeu por sua militância. Além de sua atuação política contra atos que visavam favorecer economicamente grandes empresas ao criminalizar o que eles chamavam de violação dos direitos autorais on-line, ele foi responsável pela invasão de bancos de dados de grandes revistas acadêmicas norte-americanas e pela liberação de uma grande quantidade de seus artigos na internet.

Conceitos como Cultura Livre e *Creative Commons* aparecem hoje em dia para dar ao conhecimento monopolizado pelo capital privado a possibilidade de gerar frutos fora da lógica mercadológica, mesmo respeitando seus parâmetros. Assim, a partir da oportunidade de acesso a um tipo de meio de produção e acesso coletivo à informação, é possível contornar o monopólio das grandes empresas e produzir conhecimento para a sociedade. Porém, como lembra Matte (2010), a liberdade desses conhecimentos precisa de regras para existir e, nesse sentido, a licença *Creative Commons* representa uma alternativa para a utilização e para a reprodução de conteúdos intelectuais.



Propor a liberação das produções intelectuais, sem limites e regras, pode representar um perigo para o próprio autor que se vê sem meios de subsistência, uma vez que o fruto de seu trabalho poderia ser acessado de forma gratuita por qualquer indivíduo que desejasse, sem controle quanto a plágio, por exemplo. Por outro lado, ao vender seu trabalho para uma revista, uma editora ou uma empresa, o próprio autor perde o direito de explorar sua pesquisa e gerar mais conhecimento a partir dela, assim como todo membro da comunidade científica que não deseje pagar por isso. A licença *Creative Commons* é uma saída que permite ao autor explorar comercialmente sua produção, disponibilizá-la para toda a comunidade e não perder qualquer direito sobre a mesma. Assim, se o autor se decidir por fazer uso comercial de sua obra, ele pode optar por permitir que outras pessoas façam uso da mesma para desenvolver algo diferente daquilo que ele produziu, desde que o resultado fique disponível para outros pesquisadores, autores e sociedade no geral.

### 3. Conclusão

A atual conjuntura cultural sugere ao mundo que certos valores relacionados à propriedade são inerentes às relações humanas e isso se estende ao conhecimento, inclusive os ativos culturais produzidos em ambientes públicos. Apesar das diversas oportunidades oferecidas pelos avanços tecnológicos - no sentido de permitir que mais pessoas tenham acesso à informação -, um debate mais amplo sobre pertencimento e participação da produção dessa cultura ainda não é significativo.

A lógica econômica adentrou as universidades públicas, tendo a iniciativa privada assumido o financiamento de diversas pesquisas, bem como incidido sobre a agente, saindo proprietária do conhecimento ali produzido e restringindo o papel social das instituições públicas tanto ao interferir na autonomia universitária quanto ao restringir a circulação dos resultados das pesquisas.

Antes de propor utopias contra o Capital ou o fim da propriedade privada é possível articular novas relações para democratizar a circulação do conhecimento, utilizando de forma mais ampla conceitos da Cultura Livre. Nesse sentido, a expansão do uso do *Creative Commons* no licenciamento de artigos científicos



desenvolvidos em universidades públicas permite o respeito à autoria e diversas possibilidades de uso do produto cultural ali registrado, de forma pouco burocrática, por outros pesquisadores, desenvolvendo uma rede que só fortaleceria o ambiente de pesquisa.

Por fim, a aceitação desse modelo pelos financiadores pode ser pensada como contrapartida pelo uso da excelência do espaço de pesquisa dessas instituições públicas.

### Referências Bibliográficas

DE LUCA PRETTO, NELSON. *O desafio de educar na era digital: educações*. Revista Portuguesa de Educação, vol. 24, núm. 1, 2011, pp. 95-118. Universidade do Minho. Braga, Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37421276005.pdf>> . Acesso em: 20 Mai. 2017.

LESSIG, LAWRENCE. *Cultura livre: Como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo, Editora Trama Universitário, 2005. Disponível em: <<http://baixacultura.org/biblioteca/3-livros/3-2-cultura-livre-lawrence-lessig/>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

MATTE, A. C. F.. *Liberdade em duas palavras: Creative Commons. Texto Livre*, v. 3, p. 73, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/73/7288>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

RODRIGUEZ, M. V.; MARTINS, L. G. A.. *As Políticas de Privatização e Interiorização do Ensino Superior: Massificação ou Democratização da Educação Brasileira*. Revista de Educação (Itatiba), Campinas, v. VIII, n.8, p. 41-52, 2005.

SILVA, FRANKLIN LEOPOLDO E. (2001). *Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública*. *Estudos Avançados*, 15(42), 295-304. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200015>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

VERGER, TONI. *Interesses privados e universidade pública*. 2008. Tradução: Naila Freitas. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2008/04/23/artigo-interesses-privados-e-universidade-publica/>>. Acesso em: 20 Mai. 2017.

Realização



Apoio

